



## Segurança Pública realiza mais duas audiências

(foto Carlos Kilian)



Câmara de Joinville, onde aconteceu a quarta audiência

Uma extensa programação, que incluiu visitas a unidades do sistema prisional, foi realizada pelos deputados que integram a Comissão de Segurança Pública na semana passada, quando aconteceram as audiências públicas em Joinville e Blumenau. Através do trabalho que começou no dia 8 de maio com as audiências em São Miguel d'Oeste e Chapecó, a Comissão vai elaborar um diagnóstico da segurança pública em Santa Catarina, com as soluções e reivindicações levantadas pelas comunidades. Os dados colhidos nas visitas serão incluídos no relatório final que será discutido e encaminhado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, depois de completado o roteiro das 17 audiências. Até agora foram realizadas cinco. Nos dias 4 e 5 de junho serão ouvidas as comunidades de Mafra e Canoinhas.

Página 05

## Fundo Pró-Emprego pronto para votação

Depois de uma reunião extraordinária, realizada logo após a sessão plenária do dia 28, a Comissão de Finanças e Tributação aprovou o parecer do relator Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) sobre o Projeto de Lei Complementar nº 06/2003, de autoria do Executivo, criando o Fundo de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Santa Catarina – Pró-Emprego.

Página 4

## Orçamento das regionais vai a plenário na terça-feira

(foto Solon Soares)

Com 21 parlamentares em plenário, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pediu a retirada da pauta do dia 28, do Projeto de Lei nº 34/03, que define o orçamento das 29 secretarias regionais. Conforme argumentou, a votação na próxima terça-feira (3/06) permitirá um debate melhor da matéria, com a presença de maior número de parlamentares. "Muitos colegas estão indo agora a São Luís do Maranhão, para o encontro da União dos Legislativos Estaduais (Unale)", justificou o parlamentar.

Aprovado no dia 27 na Comissão de Justiça, a proposta do Executivo previa originalmente uma destinação total de R\$ 26,3 milhões para custeio, manutenção e investimentos das secretarias, remanejados do orçamento estadual deste ano. O remanejamento de R\$ 3,5 milhões destinados na previsão orçamentária para o



Proposta passou pelo crivo da CCJ na manhã do dia 28

setor da saúde, um dos pontos que criou o maior número de ressalvas dos integrantes da Comissão - como os deputados Celestino Secco e Antônio Carlos Vieira (PP) - foi suprimido da proposição por emenda apresentada pelo próprio Herneus.

Outra ressalva quanto às rubricas orçamentárias foi feita pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), presidente da

Comissão de Justiça. Ele vê com restrição a retirada de R\$ 12,5 milhões, previstos para investimentos e redirecionados à aplicação no custeio das secretarias regionais, por entender que seriam anulados recursos relativos ao abastecimento de água em área rural e subvenções e transferências aos municípios feitas pelo Departamento de Infraestrutura (Deinfra). (MMV)

## Lançada a 15ª Festa Nacional do Pinhão

Cserrana foi lançada na noite de terça-feira (27), no hall da Assembleia Legislativa, a 15ª Festa Nacional do Pinhão, em Lages, de 13 a 22 de junho. Invernadas artísticas, músicos e um grande número de pessoas vindas do município foram a tônica da noite, regada a especiarias feitas à base de pinhão.

O evento traz neste ano a patinação no gelo como a grande novidade e o Recanto do Pinhão, uma mini festa no calçadão da João Costa, a partir do dia 7 de junho, entre 10 e 22 horas. Com um investimento maior que em 2002, a Comissão Organizadora deste ano convidou Cidade Negra, KLB, Padre Antonio Maria, Zezé di Camargo e Luciano, Raça Negra, CPM 22 e Paralamas do Sucesso. A estimativa é de mais de 300 mil pessoas durante os dez dias, sem falar nas apresentações do palco alternativo e a Sapecada da Canção Nativa. (CA)



Uma pequena amostra do talento da Serra

Página 3

## Mata Atlântica \*

O dia 27 de maio foi instituído como Dia da Mata Atlântica como forma de valorizar e chamar atenção para este importante bioma que, depois da Floresta Amazônica, é a segunda maior extensão original de floresta tropical do Brasil. Inicialmente ocupava uma área de 1.350.000 km<sup>2</sup> ao longo da costa brasileira, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, correspondente a 15% do território nacional.

Com a chegada dos colonizadores europeus e o longo processo de ocupação, a Floresta Atlântica foi drasticamente reduzida a menos de 8% de sua cobertura original, restando fragmentos espalhados ao longo da costa e interior de alguns estados, como em Santa Catarina. As questões relativas à Floresta Atlântica, sua biodiversidade e recursos naturais, são de extrema importância visto que 80% da população brasileira vivem na sua área de abrangência.

Neste ambiente florestal nascem importantes rios do país e do estado de Santa Catarina, como o São Francisco, Tietê, Itajaí, Cubatão, Tubarão, entre outros, e cerca de 100 milhões de pessoas dependem das suas águas. Também milhares de animais silvestres dependem da floresta como fonte de alimentação e abrigo, muitos só existindo nesta região, somando a maioria das

espécies da lista de animais em extinção no Brasil, conforme recente divulgação pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em Santa Catarina a área original de floresta era de quase 100% e hoje nossa cobertura foi reduzida à 17,49% da cobertura primitiva.

A Constituição de 1988, no seu art. 225, § 4, definiu a Mata Atlântica como patrimônio nacional. Outro instrumento legal foi o Decreto 750, assinado em 1993, que orienta as ações e cria instrumentos de controle eficazes que contam com a participação efetiva da sociedade. No estado de Santa Catarina dispomos da lei florestal 10.472, instituída em 1997, que regula a preservação, conservação e utilização dos recursos florestais. Em sua maior parte, esta lei deve ser objeto de regulamentação e, neste sentido, apresentei projeto de lei elaborado conjuntamente com especialistas e Ongs. No campo do poder Executivo, em todos os níveis, os esforços devem ser profundos e permanentes para educar, desenvolver projetos econômicos alternativos e aplicar a legislação em vigor. Mas é no campo da sociedade civil organizada que deve haver uma atuação e vigília permanentes, sob pena de termos nossa qualidade de vida cada vez mais degradada.

\*Deputado Afrânio Boppré (PT)

## Artigo 170: Limite mínimo das bolsas de 50%\*

As Comissões de Justiça e de Educação iniciaram as audiências públicas pelo estado para a necessária rediscussão e reavaliação das questões relativas ao artigo 170 da Constituição Estadual com a comunidade, acadêmicos, professores e administradores. Criado para permitir que alunos carentes consigam manter-se em seus cursos de graduação, precisa ser urgentemente reformulado, de maneira a cumprir com seu objetivo. Se o acesso ao ensino superior já é bem difícil para os filhos da maior parte da população, manter-se e chegar ao fim, com seu diploma na mão, desafia a criatividade e a capacidade de conseguir gerar renda suficiente para suportar os valores das mensalidades.

Além das experiências, das reclamações e das sugestões que as pessoas tragam nestes encontros, os projetos já apresentados poderão ser discutidos, melhorados. Uma das propostas é de minha autoria e modifica a redação do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 180, de 16 de julho de 1999 - lei que regulamenta o 170. A mudança, se aprovada pela Assembleia, elevará de 20% para 50% do valor de mensalidade o limite mínimo da bolsa.

No que tange ao mérito da matéria entende-

mos que é de singular providência a intencionalidade de abranger o maior número de acadêmicos nas universidades, mas, em contrapartida, e sabendo que as mensalidades menores nestes cursos particulares ficam em torno de R\$ 350,00 reais, e na maioria dos casos a Comissão que faz a triagem dos alunos carentes específica o montante de 20% da mensalidade, neste caso, R\$ 70 reais/mês.

Outra preocupação é que nos restantes dos semestres para a complementação do curso, o aluno não seja contemplado com absolutamente nada e isto vai inviabilizar a sua permanência na universidade por vários motivos, entre eles: trancamento da fase, desistência do curso, ou simplesmente dificuldades de subsistência. A operatividade da lei, repito, na essência tem uma grande conotação social, mas em face de tais circunstâncias estes recursos alocados acabam totalmente inócuos na sua aplicabilidade.

Por estes motivos e outros que possamos discutir para que um maior número de alunos possa ser contemplado, espero contar com a sensibilidade do parlamento para aprovação desta nova redação.

\*Deputado Jorginho Mello (PSDB)

## O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

### À Redação do AL Notícias

Gostaria de receber os endereços eletrônicos de todos os deputados dessa casa. E se for possível gostaria também do endereço para correspondências via correios.

Certa de vossa atenção desde já agradeço.

Sandra Lechineski - Assessora de Educação do Município de São Cristóvão do Sul

Afrânio Boppré (PT)	afranio@alesc.sc.gov.br
Altair Guidi (PP)	guidi@alesc.sc.gov.br
Ana Paula Lima (PT)	anapaulalima@alesc.sc.gov.br
Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)	vieirao@alesc.sc.gov.br
Antônio Ceron (PFL)	ceron@alesc.sc.gov.br
Celestino Secco (PP)	celestinosecco@alesc.sc.gov.br
Cesar Souza (PFL)	cesar@alesc.sc.gov.br
Clésio Salvaro (PSDB)	salvaro@alesc.sc.gov.br
Dado Cherem (PSDB)	dadocherem@alesc.sc.gov.br
Dionei Walter da Silva (PT)	dionei@alesc.sc.gov.br
Djalma Berger (PFL)	djalmaberger@alesc.sc.gov.br
Francisco de Assis (PT)	assis@alesc.sc.gov.br
Genésio Goulart (PMDB)	genesio@alesc.sc.gov.br
Herneus de Nadal (PMDB)	herneus@alesc.sc.gov.br
João Paulo Kleinübing (PFL)	joaopaulo@alesc.sc.gov.br
João Rodrigues (PFL)	rodrigues@alesc.sc.gov.br
Joares Carlos Ponticelli (PP)	joares@alesc.sc.gov.br
Jorginho Mello (PSDB)	jorginho@alesc.sc.gov.br
José Paulo Serafim (PT)	serafim@alesc.sc.gov.br
Julio Cesar Garcia (PFL)	juliojgarcia@alesc.sc.gov.br
Lício Mauro da Silveira (PP)	licio@alesc.sc.gov.br
Manoel Mota (PMDB)	mota@alesc.sc.gov.br
Mauro Mariani (PMDB)	mariani@alesc.sc.gov.br
Narcizo Parisotto (PTB)	parisotto@alesc.sc.gov.br
Nelson Goetten de Lima (PP)	nelson@alesc.sc.gov.br
Nilson Gonçalves Souza (PSDB)	nilson@alesc.sc.gov.br
Nilson Nelson Machado - Duduco (PP)	duduco@alesc.sc.gov.br
Odete de Jesus (PL)	odete@alesc.sc.gov.br
Onofre Santo Agostini (PFL)	onofre@alesc.sc.gov.br
Paulo Eccel (PT)	pauloeccel@alesc.sc.gov.br
Pedro Baldissera (PT)	padrepedro@alesc.sc.gov.br
Reno Luiz Caramori (PP)	reno@alesc.sc.gov.br
Rogério Mendonça (PMDB)	rogerio@alesc.sc.gov.br
Romildo Luiz Titon (PMDB)	titon@alesc.sc.gov.br
Ronaldo Benedet (PMDB)	ronaldo@alesc.sc.gov.br
Sérgio Godinho (PTB)	sgodinho@alesc.sc.gov.br
Simone Schramm (sem partido)	simone@alesc.sc.gov.br
Valmir Francisco Comin (PP)	comin@alesc.sc.gov.br
Volnei José Morastoni (PT)	volnei@alesc.sc.gov.br
Wilson Vieira - Dentinho (PT)	dentinho@alesc.sc.gov.br

Rua Jorge Luz Fontes, 310  
88020-900 - Florianópolis - SC  
221.2891 - 221.2892  
www.alesc.sc.gov.br

## Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Titon (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PP)

**3º Secretário:** Sérgio Godinho (PTB)

**4º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Jornalista responsável:** Cleia Braganholo - DRT/SC 974

**Coordenador:** Celso A. S. da Rosa

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziejdzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

**Estagiária:** Denise Arruda Bortolon

**Assessores de Imprensa:** Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

**Diagramação:** Rafael dos Santos

**Revisão:** Mirela Maria Vieira

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

# Evento movimentou economia Serrana

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Festa do Pinhão teve início em 1973, nascendo tímida se comparada com as proporções dos dias atuais. O que era apenas uma manifestação da cultura lageana foi crescendo e, em 1989, teve sua primeira edição nacional, transformando-se em curto espaço de tempo numa das maiores e mais animadas festas do país. Hoje movimentou todo o setor econômico da serra catarinense e, durante os meses que antecedem o evento, a Comissão Organizadora, juntamente com a comunidade, se prepara e trabalha muito para que nos dez dias de festa os participantes e visitantes aproveitem ao máximo as diversas atrações turísticas, culturais, gastronômicas e campeiras.

## Sapecada da Canção Nativa

Em sua 11ª edição, a Sapecada da Canção Nativa, festival de música nativista, com etapas regionais e nacionais, visa preservar as raízes culturais, despertando o interesse dos compositores, poetas, pesquisadores, professores e outros, além de fomentar a expressão da arte, temas e ritmos regionais, divulgar a cultura, a história e os costumes da região serrana.

A Sapecada, que reúne os melhores nomes da música nativista do Cone Sul, este ano está programada para os dias de entrada franca, na intenção de dar oportunidade a toda comu-

nidade lageana e ao visitante de prestigiar o evento. O festival segue o modelo dos festivais realizados no Rio Grande do Sul como "Coxilha" e "Califórnia da Canção" e são os próprios músicos gaúchos que se integram a Lages para julgar os concorrentes ou participar das apresentações. (CA)



Os 10 dias da Festa mostram as riquezas culturais do povo lageano

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Raimundo Colombo, prefeito de Lages, o presidente em exercício da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), e os deputados Sérgio Godinho (PTB) e Antonio Ceron (PFL) reforçaram o convite para a Festa.

## Homenagem aos militares que deixaram a AL

Por iniciativa do presidente em exercício, deputado Onofre Agostini (PFL), foram homenageados na última semana com uma placa de agradecimento pelos serviços prestados seis policiais militares que deixaram suas funções na segurança da Assembléia.

Foram homenageados os cabos Mário César Mariano, que trabalhou por quatro anos na Casa, Adirce Olavo Ramos e Luiz Gonzaga Schmidt, com sete e 13 anos de serviços, respectivamente, e os tercei-

ros sargentos Célio Edison Alves, Milton João de Mello, com 14 e 13 anos, e Manoel Ernesto Fernandes Júnior, com 24 anos de serviços prestados à segurança do Legislativo. Agostini fez ainda agradecimento especial ao cabo Mariani, que fazia a segurança de sua residência enquanto ocupou a presidência da Alesc. Mariano estava de serviço quando a família do então presidente foi feita refém por assaltantes armados. (SD)



Reconhecimento dos serviços prestados à segurança da Casa

## AL sedia I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual

Promover o intercâmbio entre parlamentares do Mercosul, interessados na questão do desenvolvimento da indústria do audiovisual regional, e constituir uma agenda mínima para encaminhamentos de propostas legislativas que contemplem as necessidades do setor audiovisual do Mercosul. Este foi o tema principal abordado na manhã do dia 26, no plenário, durante o I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual - Festival Audiovisual Mercosul (FAM) que reuniu cineastas e parlamentares.

Presentes a senadora Ideli Salvati (PT), o deputado federal Carlito Meres (PT), deputados Onofre Agostini (PFL) e Wilson Vieira - Den-



tinho (PT), o presidente da Agência Nacional de Cinema, Augusto Servá, o diretor do Congresso Brasileiro de Cinema da Associação Brasileira de Documentário Nacional, Marcelo Laffitte, e o coordenador do FAM, Antonio Celso dos Santos.

O secretário do encontro, Mauro Beal, declarou que a categoria e políticos, engajados na área audiovisual, discutirão a implementação de uma legisla-

ção comum para o Mercosul, que dinamize os mecanismos de cooperação entre os países do bloco, mais Chile e Bolívia.

### Protocolo de Intenções

Ao final do encontro os participantes e organizadores elaboraram um protocolo de intenções. Em espanhol e português e endereçadas às autoridades públicas, cinematográficas e audiovisuais dos países do Mercosul, Bolívia e Chile, o documento tem a finalidade de conferir maior eficiência ao processo de desenvolvimento de um estudo das legislações nacionais, que propiciem um arcabouço jurídico e legal que promova maior eficiência e integração. (CA)

## Exposição em homenagem a Lever Freitas

A partir de quarta-feira (28), até o dia 3 de junho, os alunos do artista plástico Lever Freitas apresentam seus trabalhos, em homenagem ao mestre, na Galeria de Arte Meyer Filho da AL. São mais de 50 telas com técnicas diversificadas e temas variados como retratos, marinhas, naturezas mortas, flores, paisagens, entre outros temas, que demonstram a qualidade do ensino e a apropriação do conhecimento pelos

alunos. Além de trabalhos de Lever, participam da exposição Jucélia Maria Alves, Juracy Ribeiro Sabatini, Leda Couto Martorano, Lena Costa, Kiki Gomes, Marilda Nercolini, Maurício Pamplona, Maurício Walendowsky Sprícigo, Maria da Glória Mello, Nádia Povos, Neide Walendowsky Sprícigo, Nelma Aires Camargo, Patrícia Volpato, Priscila Scheneider, Rebeca Sabatini Rigueira, Rita de Cássia Eger e Yara Bianchini Mello. (CA)

# Turismo quer férias escolares até março

Mirela Maria Vieira

**I**nciari as aulas em março. Esta é uma das principais reivindicações dos segmentos do setor de turismo para combater os efeitos da sazonalidade. “Nós, aqui em Balneário Camboriú, vamos fazer. Mas seria fundamental uma mudança –

que sabemos ser viável sem alterar o número de horas-aula exigido pela lei – no plano nacional”. A afirmação foi feita pelo prefeito de Balneário Camboriú, Rubens Spornau (PSDB), durante audiência pública realizada pela Comissão de Turismo no sábado (24), no auditório do Hotel Sibara, em Balne-

ário.

O presidente da Comissão, deputado Dado Cherm (PSDB), quer discutir ações que revertam a queda na indústria do turismo fora da chamada temporada. A flexibilização do calendário tem apoio unânime de empre-

sários do setor, comunidade acadêmica e várias lideranças políticas. O secretário da Organização do Lazer, Gilmar Knaesel, que participou da audiência, apóia a medida. O senador Leonel Pavan (PSDB) anunciou que já foi criada a subcomissão de Turismo no Senado, salientando que o calendário está no topo da pauta das discussões. Cherm pregou a conjugação



Parlamentares, lideranças políticas e empresariais

Turismo, Carlos Tomelin, por Spornau e pelo presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e similares, Cláudio Fischer.

“Vender” Santa Catarina, com agressividade, continuamente, e não de forma pontual, foi outra posição unânime de estudantes, empresários e políticos presentes à audiência.

Quanto a recursos, Knaesel disse que Santa Catarina vai do Prodetur, sem especificar, no

entanto, quanto o estado poderia pleitear, depois do “equivoco” dos projetos elaborados no ano passado que incluíam obras de saneamento básico e, por isso, foram descartados pelo BID. Afirmou ainda que a Caixa Econômica Federal tem R\$ 400 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar empresas do setor de todo o país. A linha de crédito será anunciada nos dias 12 e 13 de junho, quando será lançada a Política Estadual do Lazer, no Centro Sul, na Capital. A criação de um Fundo Estadual do Turismo, que receberia 0,25% da arrecadação estadual, integra a Política. (MMV)

**Recursos** – O turismo de negócios e as “extensões de viagem” foram elencados como segmentos importantes que exigem ações do poder público e empenho dos empresários pelo diretor do Centro de Educação da Univali e professor do curso de



Tomelin (ao microfone) durante audiência

## Finanças e Tributação

### Consenso no Pró-Emprego

O secretário estadual adjunto da Fazenda, Paulo Eli, foi chamado pela liderança do PMDB para participar da reunião e fazer esclarecimentos solicitados pelos deputados Dionei da Silva (PT) – que presidiu a sessão substituindo o titular, Djalma Berger (PFL) (em viagem oficial à Rússia) -, Jorginho Mello (PSDB), Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), Antônio Ceron (PFL), Manoel Mota (PMDB), Wilson Vieira – Dentinho (PT), todos integrantes da Comissão.

O deputado Paulo Eccel (PT) esteve presente para defender suas emendas, rejeitadas em primeira análise no parecer de Peninha.

#### Estímulo

O projeto cria o Fundo Pró-Emprego, direcionando recursos para estimular a criação ou permitir ampliação de investimentos necessários às micro e pequenas empresas. Foram apresentadas 20 emendas, das quais 16 foram aprovadas integralmente e duas parcialmente – de autoria do deputado Celestino Secco



Comissão chegou a consenso sobre as emendas

(PP). Emenda do mesmo parlamentar foi a única rejeitada integralmente pela Comissão. A proposta estabelecia o atendimento prioritário pelo Fundo de empresas localizadas em cidades que integram o Programa Catarinense de Inclusão Social (Procis). “A distinção fere o princípio constitucional da igualdade”, resumiu Mendonça, numa manifestação que teve aprovação dos outros deputados.

O relator retirou a emenda 16, de sua autoria, depois de ouvir Paulo Eli e as ponderações dos colegas. O dispositivo suprimido autorizava o governador a abrir crédito especial e aprovar

orçamento do Fundo de Apoio

As emendas defendidas por Eccel acabaram tendo aprovação unânime. Em síntese, abrem espaço para que cooperativas e empresas de auto-gestão possam pleitear os financiamentos. Outro acréscimo ao projeto original importante e consensado entre os parlamentares, determina que somente o Besc e a Agência de Fomento do Estado (Bades), vão movimentar os recursos do Fundo. O valor máximo a ser emprestado por empresa foi ampliado de R\$ 25 mil para R\$ 50 mil. (MMV)

## Atletas em competições

**M**arcada para o dia 11 de junho, às 8 horas, no plenarinho da Assembléia, a audiência pública da Comissão de Educação, vai discutir o Projeto de Lei nº 31/03, de autoria do deputado Nelson Goetten (PP). O projeto acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei 12.005 de 2001, que normatiza a condição de participação de atletas representantes de municípios nas competições intermunicipais promovidas pelo sistema público esportivo de Santa Catarina. A atual Lei impede que atletas catarinenses, inscritos em federações de outros estados, participem de competições por Santa Catarina.

De acordo com o projeto de Goetten, o atleta catarinense pode participar de competições catarinenses,

desde que represente seu município de origem. Para ampliar essa participação, o projeto original recebeu emenda modificativa do deputado Jorginho Mello (PSDB), determinando que independente de transferência e de registro de Federação, o atleta pode competir por qualquer município Estado, e não apenas pela cidade onde nasceu.

“O assunto é complexo e vamos discuti-lo com todos os segmentos dos municípios que representam o esporte catarinense, entre eles a Fesporte”, disse o presidente da Comissão. Eccel acrescentou que, dependendo das discussões, o projeto poderá receber substitutivo global, atendendo o consenso dos setores envolvidos nesse assunto. (RMPP)

# Problemas evidenciam o caos na segurança pública

Rose Mary Paz Padilha

Oroteiro iniciou no último dia 22 por Jaraguá do Sul, aonde os deputados João Rodrigues (PFL), presidente da Comissão, Lício Mauro da Silveira (PP) e Nilson Nelson Duduco Machado (PP) visitaram o presídio regional, que a exemplo de outros existentes em Santa Catarina enfrenta problemas de superlotação. Um total de 134 presos ocupam um espaço reservado para 76.

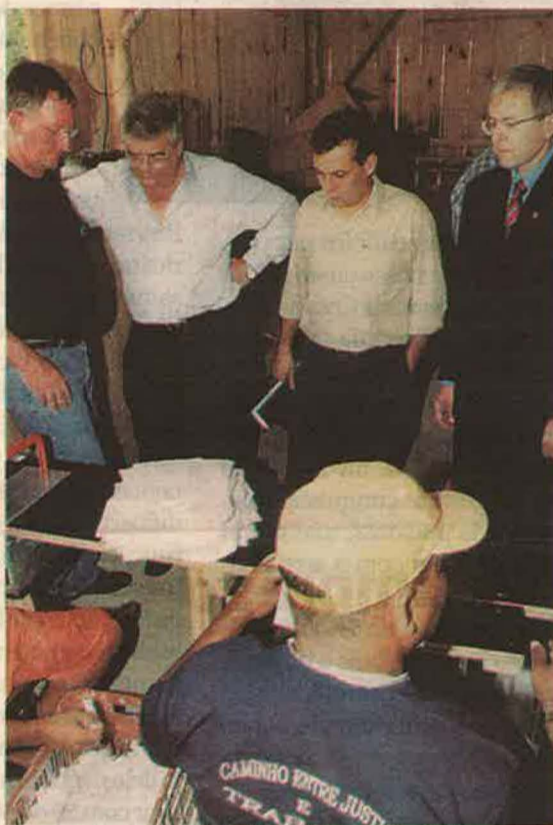
Um programa de reabilitação social e profissional desenvolvido no presídio apresenta resultados positivos. É o "Casa Fácil", implantado em 2001, que utiliza mão-de-obra dos apenados na fabricação e montagem de casas pré-fabricadas de concreto. O programa tem parceria com a prefeitura, através do Fundo Rotativo Habitacional. A Caixa Econômica Federal financia a casa diretamente ao mutuário inscrito e repassa os 25% do fundo previdenciário ao programa, via prefeitura, que reinveste os valores em habitação ou aquisição de áreas para construção de habitações sociais. Os presos são remunerados com um salário mínimo mensal e a cada três dias trabalhados no programa a pena é reduzida em um dia. "A maioria dos presos prefere trabalhar do que ficar parado dentro do presídio. Assim eles podem mandar dinheiro para suas famílias", disse o administrador Ivo Ronchi.



O programa "Casa Fácil" foi apresentado aos deputados Duduco e João Rodrigues

No presídio regional de Joinville a superlotação também é uma realidade e o administrador do presídio, Jucemar Cesconetto, é o 10º a ocupar o cargo em três anos. Há deficiência no número de funcionários e falta de recursos. As duas psicólogas são voluntárias e diversos presos já estão com suas penas cumpridas, mas ainda estão no presídio.

Quanto aos aspectos positivos, o presídio tem biblioteca e desenvolve programas profissionais, mas que precisam ser ampliados, como a fabricação de cadeiras de rodas, muletas, andadores e bengalas, doados à comunidade. Em outro programa conveniado com empresas, os presos trabalham na fabricação de embalagens de papel e no acabamento de peças plásticas e de parafusos. A visita continuou pela 1ª Delegacia de Polícia, carente de funcionários.



Os deputados Lício, Kleinübing e Dentinho acompanham trabalho dos detentos

## Audiências

Joinville - À noite, na Câmara de Vereadores de Joinville, a audiência contou também com a presença dos deputados Dionei da Silva (PT) e Wilson Vieira - Dentinho - (PT) - integrantes da Comissão de Segurança Pública - e Simone Schramm (sem partido). Os principais problemas apresentados foram a falta de policiais e de delegados, o crescimento de 45% no número de homicídios no último ano, drogas, marginalidade e reincidência dos presos

após o cumprimento da pena. Integração das polícias civil e militar, segurança nas fronteiras, construção de canis para o treinamento de cães-guarda, reintegração de ex-presos à sociedade, políticas de inclusão social e clínicas públicas para a recuperação de drogados foram as sugestões dos presentes.

Blumenau - Durante a manhã do dia 23 foi a vez da Câmara de Vereadores de Blumenau ser o palco dos debates. Além dos

deputados Lício, Duduco, Dionei e Dentinho, esteve presente João Paulo Kleinübing (PFL). As maiores reclamações foram a disparidade no número de policiais entre Blumenau (283) e Florianópolis (980), a falta de políticas de inclusão social, a morosidade na conclusão de inquéritos policiais e o tráfico de drogas nas escolas. A maioria da população não concorda que o presídio esteja instalado dentro do perímetro urbano. Uma das sugestões foi a formação de um conselho permanente para discutir a segurança pública em Blumenau.

À tarde, os parlamentares visitaram o presídio regional. Fundado em 1991, com 168 vagas, abriga hoje 218 presos, atendendo seis comarcas da região e Itajaí. O administrador Angelo Poltronieri defendeu a realização de projetos de trabalho dentro do presídio para recuperar os presos. A morosidade do Estado em atender pedidos - como algemas e cadeados para as celas - foi demonstrada. Há 40 anos na área de segurança, Poltronieri dribla os problemas de forma criativa. Viaturas sucateadas hoje estão em funcionamento. Uma oficina de papel reciclável emprega presos em final de pena.

O presídio precisa de recursos para construir o muro que circunda o terreno, onde deverão ser instaladas oficinas de trabalho para a ressocialização dos presos. (RMPP)

## Número de vereadores

# Fórum vai trabalhar unificação de ações

Em sua primeira reunião de trabalho na noite do dia (27), o Fórum Permanente criado para discutir e acompanhar a questão do número de vereadores elegeu como sua principal missão organizar o debate no estado para unificar posições dos legisladores municipais, Assembléia e Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso (16 deputados federais e três senadores). "A solução é uma emenda à Constituição Federal e o assunto é bastante complexo. Para isso, precisamos ter uma posição unificada em termos de legisladores catarinenses e obter um consenso no plano nacional", salientou o proponente e presidente do Fórum, deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que teve anuência imediata dos outros deputados presentes, Dado Cherem (PSDB), An-

tônio Ceron (PFL) e Antônio Carlos Vieira (PP), Vieirão.

A polêmica iniciou no ano passado, quando o Ministério Público (MP) impetrou Adin (ação direta de inconstitucionalidade) contra o dispositivo do artigo 111 da Constituição Estadual. Tal dispositivo estabelecia o número de vereadores seguindo a relação de proporcionalidade com número de habitantes. Em 2002, o MP impetrou diversas ações na Justiça, depois de interpretar a Constituição Federal (CF). Oitenta e quatro municípios catarinenses estariam contabilizando um total de 333 ve-



Deputados Antônio Ceron e Lício Mauro

readores excedentes. O Legislativo estadual mediou a polêmica, resultando na emenda à Constituição estadual e no acordo assinado entre MP e União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), mantendo o número atual até as eleições do próxi-

mo ano, quando valeriam as novas regras.

Mínimo - A questão da proporcionalidade, numa primeira análise do Fórum - cuja assessoria administrativa ficará a cargo de Michel Curi, procurador da Casa, indicado por Lício e referendado pelos deputados-membros -, é o primeiro alvo das polêmicas. Por exemplo, se um município tem até um milhão de habitantes pode ter no mínimo nove e no máximo vinte e um vereadores - o número exato é remetido no mesmo artigo da CF à lei orgânica municipal. "Se tiver um mi-

lhão e um, pode ter de 33 a 40 vereadores. Quer dizer que um único eleitor pode valer 24 vereadores a mais", disparou Ceron. O Fórum discutiu ainda as iniciativas dos representantes catarinenses no Congresso, como o estudo elaborado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL), a pedido da bancada, e o projeto do progressista Ivan Ranzolin, este último considerado de difícil aprovação no Congresso.

Michel Curi sugeriu como ponto de partida, para qualquer proposta, o mínimo de sete vereadores. O Fórum definiu sua participação - através do seu presidente Lício Mauro -, no Congresso da Uvesc (29 e 30). Na oportunidade, Lício vai informar à Uvesc sobre o Fórum e buscar encaminhar a organização e unificação dos debates e dos encaminhamentos. (MMV)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

# Roberto Farias: "O Brasil precisa de estatuto do audiovisual"

Carlos Agne

Baluarto do cinema brasileiro, o premiadíssimo diretor, roteirista e produtor, cineasta Roberto Farias, irmão do ator Reginaldo Faria, esteve em Florianópolis participando do I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual e do FAM – Florianópolis Audiovisual Mercosul. Demonstrando muita serenidade e humildade nos seus 71 anos de vida, dos quais mais de meio século dedicado à sétima arte, Farias (devido a erro no ato do registro do seu nome, recebeu um "s" no sobrenome Faria) mostrou-se cético à proposta da organização do evento apresentar um protocolo de intenções para o Mercosul e países vizinhos, sob pena de se ver uma certa ignorância histórica. Ele justifica esse seu entendimento alegando que, em 1976, quando dirigia a Embrafilme, tal protocolo foi assinado com países de língua portuguesa e espanhola e não saiu do papel, ficando esquecido pelo tempo.

Roberto Farias dirigiu seu primeiro filme em 1957 (*Rico Ri à Toa*), destacando-se, mais tarde, o *Assalto ao Trem Pagador* (1962) e o premiadíssimo *Prá Frente, Brasil* (1982), entre outros. Farias foi o primeiro cineasta a ser nomeado diretor geral da Embrafilme (1974-1979) e dirigiu inúmeras minisséries para a TV, sendo premiado no exterior com a obra "Memorial de Maria Moura", entre dezenas de outros prêmios, recebidos nacional e internacionalmente. Dirigiu também vários episódios do programa *Você Decide*.

**AL Notícias** – Como se encontra o mercado brasileiro de cinema e audiovisual?

**Roberto Farias** – Esse mercado é dividido em pelo menos três partes: sala de cinema, TV e vídeo/DVD e cada um tem a sua especificidade. O mercado das salas, que sempre foi o que rendeu mais para o filme e é onde, teoricamente, entra o grosso da receita, é muito difícil de penetrar. Digo isso porque há uma hegemonia norte americana muito grande, pois eles detêm 95% por cento do mercado. E isso se deve a uma quantidade, quase escandalosa, de facilidades que o cinema estrangeiro tem, não só de importação, como de exploração, remessa de lucros, etc... Para isso, sem-



(foto Jonas Lemos Campos)

pre se recorreu a certos artifícios para poder ajudar a viabilizar o nosso cinema. Um deles foi a criação da chamada Cota de Tela. O governo estabelece que cada sala de cinema é obrigada a exibir uma quantidade de dias por ano de filmes brasileiros. Esse sistema esteve em melhor momento quando eu dirigia a Embrafilme, na década de 70, quando conseguimos conquistar quase 50% do mercado nacional, não só em dias de exibição quanto com a arrecadação.

O mercado do vídeo e do DVD é uma caixa-preta. Esse mercado hoje é impenetrável no Brasil. Não tem controle.

Já a TV é uma outra dificuldade para o cinema brasileiro porque ela se viabiliza com o produto nacional e o produto estrangeiro. As televisões compram o produto estrangeiro a preço mais baixo do que custa um filme nacional. Acho que se o negócio televisão não cobre os custos de um filme nacional, as televisões deveriam ter os mesmos incentivos para produzir filmes que o cinema brasileiro tem. Isso deveria ser feito, na minha opinião, junto com a produção independente de cinema.

**AL Notícias** – A Cota de Tela então foi um grande passo para o cinema nacional.

**Roberto Farias** – A lei que estabelece a cota de tela não obriga ninguém a ir ao cinema. Apenas abre espaço para que o filme brasileiro seja mostrado ao público. O público só vai se quiser. E foi assim que o

cinema brasileiro conseguiu conquistar quase metade da receita do mercado do cinema no Brasil, quando criou-se o hábito de ir ao cinema, ver filme brasileiro, de tal modo que a quantidade de espectadores e a dos dias de exibição ultrapassava a cota de tela. Podia se dizer que eram áureos tempos.

**AL Notícias** – Mas por que isso foi interrompido?

**Roberto Farias** – Foi interrompido logo depois da década de 80, quando o governo Collor entrou em cartaz e acabou com todos os organismos de cinema no País. Mas também houve muita reação do próprio cinema estrangeiro e de muitos exibidores. Acho que isso aconteceu em função daquela quantidade de facilidades legais (risos) que o cinema estrangeiro tem no Brasil.

Para reagir a essa hegemonia do cinema americano no mundo, mesmo em países desenvolvidos como os da Europa, é preciso um trabalho muito grande na Organização Mundial do Comércio, na Unesco, na ONU, no Ministério de Relações Exteriores dos países. É um trabalho pesado porque as medidas protecionistas para os cinemas nacionais são difíceis de tomar em função de acordos internacionais que foram conseguidos, esperta e eficientemente, pelo cinema americano ao longo dos anos. A proposta deles, agora, é não ficar com 50 ou 60% do mercado. Eles querem 100%. Já têm 95% do mercado brasileiro do cinema.

**AL Notícias** – Você comentou também no encontro a deficiência de salas de cinema no país. Porque isso? Falta público?

**Roberto Farias** – As salas exibidoras no Brasil, por causa de milhões de razões, foram se extinguindo, porque os distribuidores de filmes estrangeiros, na década de 80, foram privilegiando as salas das

grandes cidades. E não mais mandando cópias de filmes para salas do interior, onde o preço da entrada era muito barato, possuíam salas obsoletas, equipamentos muito velhos que estragavam demais as cópias. A comunicação passou a ser tão rápida no mundo e, mesmo as cidades do interior, queriam ver os filmes na mesma hora que as grandes cidades estavam vendo. Então a política foi ignorar essas salas de cinema e concentrar as cópias dos filmes nas grandes cidades. O Brasil, em vez de ter 3.500 salas como possuía na década de 70, chegou a ter menos de 1.000. Hoje temos em torno de 1.600. Mas isso é um "achismo", porque não temos organismos capazes de dizer, oficialmente, quantas salas existem e onde elas estão instaladas.

**AL Notícias** – A proposta obtida neste I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual do protocolo de intenções visando a unificação de leis entre os países associados e vizinhos possui horizontes?

**Roberto Farias** – Eu chamei a atenção para uma proposta de fazer uma integração de mercado dos países de língua portuguesa e espanhola, que foi uma proposta nossa, liderada por mim, em 1976. Já tem 27 anos isso. A Embrafilme, que era uma

empresa estatal do governo brasileiro, organizou e patrocinou um encontro com representantes dos governos desses países para discutir a questão e tiramos dali um protocolo de intenções. Os países que participaram foram todos os de língua portuguesa, a exemplo de Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e

Brasil e os de língua espanhola como Espanha, México, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Argentina e Uruguai. Se discuti durante três dias essa integração. A proposta era de que o Brasil tinha uma obrigatoriedade de 140 dias por ano, naquela época. Hoje tem 38 dias e nós cederíamos 30% de nossa cota em troca de outra proporcional a essa em cada país. E os filmes desses países seriam nacionais em todos os demais, para ser exibido dentro dessa cota. Só que essas propostas às vezes não chegam a termo, como se falou no encontro. Existe uma quantidade imensa de leis que precisam ser juntadas num estatuto do audiovisual. Essa também foi uma proposta que ficou pela estrada. E na hora, quando se fala nisso de novo, você vê quase que uma certa ignorância histórica. Falta conhecimento do quanto já se andou. O quanto já se trabalhou para chegar a esses resultados. Precisamos estar atentos a tudo o que já se conquistou para não andar para trás. Temos que andar para a frente.

**“A ascensão do cinema nacional foi interrompida logo depois da década de 80, quando o governo Collor entrou em cartaz e acabou com todos os organismos de cinema no País.”**

## VIA BRASÍLIA

### Leis do audiovisual

O deputado federal Carlito Merss (PT) participou ativamente do I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual, realizado no plenário da Assembleia Legislativa, na segunda-feira (26), e manifestou sua vontade de verificar os projetos de lei que estão tramitando em Brasília, que envolvam o processo do cinema e do audiovisual. O parlamentar, durante o even-

to, foi informado da existência de mais de 70 projetos em curso mas sem acompanhamento mais próximo, estando alguns deles, mesmo que importantes, parados por falta de atenção.

“Vamos procurar saber quais os projetos que estão tramitando e também vamos dar atenção à questão da Cota de Tela, além de ver a Lei do Curta ser cumprida. Desses 70 projetos vamos ver o que pode ser utilizado. Também vamos verificar a existência desse protocolo de intenções citados pelo cineasta

Roberto Farias. Se existir vamos fazê-lo valer. Também vamos sugerir na Comissão de Educação da Câmara Federal a criação de uma subcomissão que discuta a questão do cinema e audiovisual, como já existe no Senado. Acredito que o FAM e esse I Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual foi um grande passo para este segmento e a idéia de termos leis uníssonas entre os países pode ser concretizada”, observou Merss. (CA)

## Oposição quer sustar intervenção na Udesc

(foto Jonas Lemos Campos)



Deputados Kleinübing, Ponticelli e Vieirão durante a coletiva

Em coletiva no dia 27, os deputados de oposição, Joares Ponticelli (PP), João Paulo Kleinübing (PFL) e Antônio Carlos Vieira (PP), afirmaram que o Executivo contrariou a Lei aprovada pela Alesc, que dá autonomia à Udesc para elaborar o seu novo estatuto. Enfatizaram que o estatuto aprovado pelo decreto do governador não foi aprovado pela instituição, mas sim por uma comissão desprovida de legitimidade para tal objetivo, no caso da intervenção e da nomeação do atual reitor. Também promoveu alterações no estatuto apresentado pelo órgão competente da universidade. Por causa disso, os parlamentares estão propondo a sustação do Decreto nº 239, de 16 de maio de 2003, que determinou a intervenção, requerendo a tramitação pela procedência da impugnação.

Em relação às secretarias re-

gionais, Kleinübing esclareceu que o governo recuou, retirando a proposta de transferência de R\$ 3,5 milhões dos recursos orçamentários da Saúde para cobrir despesas com o pagamento do pessoal das 29 secretarias. Os parlamentares afirmaram que não têm nenhuma intenção de prejudicar o projeto do governo, mas que não vão

admitir ilegalidades.

Ponticelli sugeriu ainda a convocação do secretário de Segurança Pública, João Henrique Blasi, e do ex-secretário Paulo César de Oliveira para um confronto de informações sobre o superfaturamento do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). (DAB)

## Matérias aprovadas

Depende apenas de sanção governamental para tornar-se lei a proposição que institui o Programa Estadual de Apoio à Mulher em Situação de Violência (PL 0016.9/2003). De autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), autoriza e obriga o Executivo a criar a estrutura física e humana necessária para garantir a segurança de mulheres e adolescentes que estejam vivendo situação de violência, presumida ou já efetivada, como abrigos, assistência social e psicológica. Os parlamentares também aprovaram no dia 27 a conversão em lei da medida provisória, concedendo autorização para o governo efetivar contratações na Cidasc. (MMV)

## ... Curtas ...

### Fitoterapia no Estado

Em solicitação da deputada Ana Paula Lima (PT) ao governador e ao Secretário de Saúde pede que seja implantada nesta secretaria, imediatamente, o programa de fitoterapia e plantas medicinais, já previsto em Lei Estadual, para que se processe a produção e distribuição de plantas medicinais e produtos fitoterápicos.

### Dívidas dos suinocultores

O líder do governo, deputado Heneus de Nadal (PMDB) solicita ao ministro da Agricultura, ao governador, ao secretário da Agricultura e aos parlamentares integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional engajamento político e adoção de estudos visando a renegociação de dívidas dos suinocultores, atingidos por uma das piores crises dos últimos anos.

### Cooperação financeira

A celebração do Termo de Cooperação Financeira entre a Codesc e o Instituto de Audição e Terapia de Linguagem (Iatel) é sugerido pelo deputado Celestino Secco (PP) ao chefe do Poder Executivo. A intenção desta solicitação é proporcionar o estabelecimento de parceira financeira entre uma entidade da sociedade civil a fim de que ela possa cumprir seus objetivos estatutários, e uma empresa de economia mista que integra a administração indireta.

### Água potável em Laguna

O deputado Altair Guidi (PP) está solicitando ao governador que seja implantada uma rede de distribuição de água potável nas localidades de Bananal e Ponta das Laranjeiras, em Laguna. A rede beneficiará mais de 600 famílias. Também solicita a dragagem do canal de acesso das lagoas Santo Antônio, Imaruí e Mirim, em Laguna.

### Trevo rotatório

Em solicitação ao Ministro dos Transportes e ao Diretor Geral do DNIT o deputado Mauro Mariani (PMDB) pede medidas urgentes no sentido de efetuar a construção de trevo rotatório na rodovia BR-280, nas proximidades da Cooperalfa, na comunidade Lança, trecho Porto União/Canoinhas.

### Campus em São Francisco do Sul

A deputada Simone Schramm (sem partido) em solicitação ao governador, ao secretário da Educação e à reitora da Univille, requer que seja instalado um Campus daquela universidade no município de São Francisco do Sul. Justifica que a cidade não possui nenhuma universidade que propicie o desenvolvimento e aprimoramento do intelecto e da moral de seus jovens.

(GMP)

## Agenda

**Dia 2, às 14 h** - Abertura da 1ª Rodada de Negócios Brasil/Coréia - Presença do Ministro de Desenvolvimento Urbano e Câmara de União das Empresas, Comércio e Indústria Brasil/Coréia

**Local:** Plenário

**Dia 2, às 19 h** - Homenagem aos voluntários que prestam serviços no Hospital Regional de São José

**Local:** Plenário

**Dia 2, às 19 horas** - Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para debater o Artigo 170 da Constituição Estadual - Bolsas de estudo

**Local:** Acil - Lages

**Dia 3, às 9 h** - Instalação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável

**Local:** Plenário

**Dia 3, às 19 h** - Sessão solene em homenagem à Rádio Eldorado de Criciúma

**Local:** Plenário

**Dia 3, às 19 h** - Lançamento do livro "Você na vitrine - A responsabilidade pela linguagem para quem lida com o público", de Benjamim Silva

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 4, às 19 h** - Audiência pública da Comissão de Segurança Pública

**Local:** Auditório Público Municipal Maria Martha Scholze - Mafra

**Dia 5, 9 h** - Sessão alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente

**Local:** Plenário

**Dia 5, 9 h** - 1ª Mostra Ambiental do Maciço Central de Florianópolis

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 5, 10 h** - Apresentação, pelo Executivo, do Projeto de Emenda Constitucional do ICMS Ecológico

**Local:** Plenário

**Dia 5, às 14 h** - Debate sobre as reformas estruturais - Presença do senador Aloízio Mercadante (PT/SP)

**Local:** Plenário

**Dia 5, às 19 h** - Audiência pública da Comissão de Segurança Pública

**Local:** Câmara de Vereadores de Canoinhas

**Dia 5, às 20 h** - Projeto Santa Catarina Canta e Encanta

**Local:** Hall da Assembléia Legislativa

## Máquinas caça-níqueis longe de locais públicos

Preocupado com a presença constante de crianças e adolescentes em bares, restaurantes e lanchonetes, o deputado Rogério Mendonça - Peninha, líder do PMDB, quer que o governo proíba o funcionamento de máquinas caça-níqueis nesses locais. "O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente é muito claro ao tratar desse assunto. Os proprietários que exploram esses jogos não podem permitir o acesso e a permanência de jovens no local", justifica.

Por esse motivo, o parlamentar encaminhou uma indicação ao governador Luiz Henrique para que suspenda, de imediato, a medida favorável à utilização dessas má-

quinas. A Companhia de Desenvolvimento do Estado (Codesc) é o órgão estadual responsável pela fiscalização dos estabelecimentos que exploram jogos de azar. "É preciso esclarecer que não queremos a proibição dessas máquinas em nosso estado, mas que o governo autorize o funcionamento somente em locais fechados, com segurança, como em bingos, por exemplo", afirma o líder da bancada.

Recentemente, a Codesc destruiu cerca de 200 máquinas caça-níqueis que funcionavam clandestinamente em estabelecimentos comerciais ou sem autorização da companhia. Os proprietários foram notificados e multados em valores que variam de mil a 5 mil Ufirs. (MS)

## Fechamento de Posto da PRF em Concórdia

Os deputados aprovaram requerimento de autoria do presidente em exercício da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando ações que não permitam o fechamento do Posto da Polícia Rodoviária Federal, localizado na BR-153, município de Concórdia. O pleito foi encaminhado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz

Bastos.

De acordo com Agostini, "a segurança é um dos temas mais discutidos no país e não podemos admitir, então, que a sociedade em geral e a de Concórdia, neste particular, sejam colocados à mercê da própria sorte. Grande parte da microrregião e dos transportadores, entre outros, ficarão prejudicados por falta de estrutura pessoal." (CLR)

# Abandono da BR-282 fomenta a miséria e o êxodo rural

*São José do Cerrito, a poucos quilômetros de Lages é exemplo dos resultados desastrosos do descaso de autoridades federais. Na década de 70, a população era de 18 mil habitantes. Hoje, são pouco mais de 10 mil pessoas.*

Mirela Maria Vieira

Os homens do 10º Batalhão de Engenharia do Exército, sediado em Lages, aproveitam o dia ensolarado para tentar adiantar o máximo possível as obras de terraplanagem numa extensão de 3,8 quilômetros - da Ponte do Rio Amola Faca, onde começa o município de São José do Cerrito, até a cidade - de puro barro. Chamar aquilo de Rodovia, seria cômico, não fosse a tragédia que provoca na vida da comunidade que dela depende.

Com a "ajuda divina" - dizem os cerritenses -, espera-se que o

trecho esteja asfaltado até agosto. Dali para diante, lembra o capitão Romel Silva, comandante da companhia, são outros 68 quilômetros de calamidade até a cidade de Vargem, e mais 16 quilômetros de suplício para quem se dispõe a seguir até Campos Novos. O trecho até Vargem está sob uma pendenga que se arrasta desde 1996. A obra foi superfaturada em 80% sobre o valor do contrato original, de acordo com análise do Tribunal de Contas da União (TCU) que já condenou a empresa ARG a pagar multa e terminar a obra.

(fotos Carlos Kilian)



Expectativa da comunidade é de que os 3,8 km estejam asfaltados até julho

**Fórum** - Como é mais provável que a empresa recorra, o deputado Romildo Titon (PMDB), presidente do Fórum Parlamentar Permanente criado especificamente para tratar do caso da BR-282, defende que o Batalhão de Engenharia do Exército assuma os três trechos ( de Cerrito até Campos Novos, totalizando 103 quilômetros). "Creio que é o único jeito da região ter a rodovia pronta, finalmente", acredita o parlamentar. Já com os documentos solicitados ao 10º Batalhão em mãos, o Fórum está apenas aguardando os documentos do TCU, DNIT e Deinfra ( estadual), para realizar uma grande audiência pública com a presença dos prefeitos, vereadores, comunidade organizada e autoridades, em meados de junho.



Titon defende que Exército assuma a totalidade das obras



**A BR-282**, cujo ponto zero é a saída da ponte Pedro Ivo, que liga a Ilha ao Continente de Florianópolis, tem um total de 678 quilômetros, até a fronteira com a Argentina. É considerada fundamental para o Mercosul pelos catarinenses.

Trecho	Km	Condições
FLORIANÓPOLIS - ENTR BR-101(A)	0 ao 55	Pista dupla apresentando congestionamentos moderados nos horários de "pico".
ENTR BR-475(A) (ESTRADA CAPITÃO-MOR) - ENTR SC-425 (ÍNDIOS)	162 ao 203,4	Sem restrições.
ENTR SC-425 (ÍNDIOS) - ENTR BR-475(B) (LAGES)	203,4 ao 214,2	Trafego normal.
ENTR BR-475(B) (LAGES) - ENTR BR-116	214,2 ao 220,1	Perímetro Urbano de Lages - intenso movimento de veículos e pedestres.
ENTR BR-116 - ENTR BR-470(A)	220,1 ao 322,7	Rodovia em obras de Terraplanagem e Pavimentação. Trafego Precário, principalmente em dias de chuva. Sujeita a interrupções
ENTR BR-470(A) - ENTR BR-283(A)/470(B)	322,7 ao 335,7	Pista bastante desgastada, necessitando restauração.
ENTR BR-283(A)/470(B) - ENTR BR-283(B)/SC-455 (CAMPOS NOVOS)	335,7 ao 338,2	Pista bastante desgastada, necessitando restauração.
ENTR BR-283(B)/SC-455 (CAMPOS NOVOS) - ENTR SC-303 (JOAÇABA)	338,2 ao 380,7	Pista bastante desgastada, necessitando restauração.
ENTR SC-303 (JOAÇABA) - ENTR SC-463 (P/JABORÁ)	380,7 ao 402,7	Pista bastante desgastada, necessitando restauração. Sinalização horizontal executada no eixo e bordos.
ENTR SC-463 (P/JABORÁ) - CATANDUVAS	402,7 ao 406,3	Pista bastante desgastada, necessitando restauração.
CATANDUVAS - ENTR BR-153 (P/IRANI)	406,3 ao 433,9	Pista bastante desgastada, necessitando restauração.
ENTR BR-153 (P/IRANI) - PONTE SERRADA	433,9 ao 457,7	Pista recapada com sinalização horizontal renovada até o Km 453.
PONTE SERRADA - ENTR BR-480(A)/SC-466 (XANXERÊ)	457,7 ao 498,7	Trecho Ponte Serrada/Xanxerê - Em alguns pontos, desnível acentuado entre a pista de rolamento e o acostamento. Trecho com buracos na pista de rolamento que está sendo recuperada pela equipe de conserva contratada. Recuperado acostamento entre os Kms. 481 a 486+500.
ENTR BR-480(A)/SC-466 (XANXERÊ) - ENTR BR-158 (B) (P/MARAVILHA)	498,7 ao 603,6	Trecho Xanxerê/ Chapecó - Recuperação do abatimento na 3ª faixa de tráfego LD, no Km. 561+100 a 561+200.
ENTR BR-158(B) (P/MARAVILHA) - SÃO MIGUEL DO OESTE	603,6 ao 648,8	Maravilha ao rio das Antas, Sinalização horizontal de eixo e bordo precária, do rio das Antas a São Miguel do Oeste. Desnível acentuado em alguns pontos entre a pista de rolamento e o acostamento.
SÃO MIGUEL DO OESTE - FRONT BRASIL/ARGENTINA (PONTE SOBRE RIO PEPERIGUAÇU)	648,8 ao 678	Do Km. 648,8 (São Miguel do Oeste) ao Km 678 (Ponte sobre o Rio Peperiguaçu) - Rodovia a ser projetada.

(Fonte: www.dner.gov.br)